



INCLUSÃO SOCIAL E DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Dayane Mendes Borges Ferreira
Alessandra Alves de Souza Nery
Curso: Pedagogia 8º período. Área de Pesquisa: Educação

RESUMO

Este trabalho aborda o tema “Inclusão Social e Diversidade na Educação Infantil”, promovendo uma reflexão sobre as práticas e enfoques relacionados à diversidade. Atualmente, enfrenta-se a dificuldade de reconhecer que indivíduos são discriminados socialmente devido a características físicas, como a cor da pele, a cor dos olhos, a altura, o peso e a conformação do corpo, além da orientação sexual. Desde o seu nascimento, as pessoas já apresentam essas características, e não podemos ser responsabilizados por isso. Portanto, este estudo busca investigar como a tão desejada inclusão está sendo abordada nas instituições de ensino. Além disso, almeja-se ampliar essa noção, considerando o respeito à diversidade como um aspecto mais abrangente da inclusão, pois não se limita apenas a pessoas com deficiência. O debate envolve a naturalização da diversidade que é própria da condição humana, abrangendo diversos aspectos, como cultura, raça, religião e gênero. Sabe-se que os seres humanos são sociais por natureza, e que preconceitos, discriminação e estigmas são adquiridos durante as interações e modelos que as crianças encontram ao longo de seu desenvolvimento, além das manifestações aprendidas nos ambientes em que estão inseridas. Para alcançar os objetivos foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a temática. Abordar a diversidade de forma ampla, sistemática e contínua, mas com naturalidade, incorporando-a na rotina diária por meio de brincadeiras, leituras, músicas e no convívio cotidiano, é fundamental para que as crianças possam aprender a reconhecer e valorizar as diferenças, tornando-se efetivamente agentes e mediadoras do processo de inclusão escolar.

Palavras chave: Educação Infantil. Inclusão. Diversidade.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo, sob o tema “Inclusão Social e Diversidade na Educação Infantil”. A educação é um meio de promover a inclusão dos sujeitos na sociedade e fornecer acesso ao desenvolvimento de suas capacidades, promovendo a autonomia e possibilitando o exercício da cidadania. Todos devem ter direito à educação e deve ser orientada para o crescimento e fortalecimento da personalidade. A Educação é um direito de todos e deve ser orientada no sentido do pleno desenvolvimento e do fortalecimento da personalidade. O respeito aos direitos e liberdades humanas, primeiro passo para a construção da cidadania, deve ser incentivado. No entanto sabe-se que os seres humanos são sociais por natureza, e os preconceitos, discriminação e estigmas

são aprendidos ao longo das interações e modelos que a criança tem contato ao longo do seu desenvolvimento, além dos discursos introjetados dos modelos presentes no meio em que vivem.

Trabalhar a questão da diversidade de forma ampla, sistemática e contínua, porém de maneira natural, inserida na rotina diária, seja nas brincadeiras, leituras, músicas e até mesmo no próprio convívio cotidiano, se faz necessário para que as crianças possam aprender a reconhecer e valorizar as diferenças e possam ser efetivamente agentes e mediadoras do processo de inclusão escolar. Sendo assim, levanta-se como problema ampliar o conceito de diversidade, considerando o respeito à diversidade como uma categoria mais ampla da inclusão, pois não trata apenas das pessoas com deficiência.

A Educação inclusiva, busca em um mesmo contexto escolar realmente buscar incluir todos os estudantes e mesmo diante das suas dificuldades, dessa forma as diferenças deixarem de ser vistas como problemas e sim uma diversidade e variedade, e por fim, gerar uma visão de mundo a partir da realidade social. Com base nesta questão, este trabalho trata-se de um estudo de modalidade exploratória, com delimitação de busca a partir de descritores sobre o assunto, por meio de uma pesquisa bibliográfica, tendo como o objetivo geral de analisar a inclusão social na educação infantil brasileira. Dessa forma a educação infantil é importante, pois cria condições para que as crianças possam conhecer e descobrir novos valores, costumes e sentimentos, através das interações sociais, e nos processos de socialização, o desenvolvimento da identidade e da autonomia?

Esta pesquisa tem como objetivos geral realizar uma reflexão acerca das práticas e abordagens do tema da diversidade na Educação Infantil, a fim de verificar de que forma a tão almejada inclusão vem sendo trabalhada nas escolas. Traz a discussão da naturalização da diversidade inerente ao humano nos seus mais diversos aspectos cultural, de raça, de religiões e de gênero. Trabalhar a questão da diversidade de forma ampla, sistemática e contínua, porém de maneira natural, inserida na rotina diária, seja nas brincadeiras, leituras, músicas e até mesmo no próprio convívio cotidiano, se faz necessário para que as crianças possam aprender a reconhecer e valorizar as diferenças e possam ser efetivamente agentes e mediadoras do processo de inclusão escolar.

Além de analisar a necessidade do fortalecimento da ideia de que não basta o conhecimento dos direitos legais dos diferentes à educação, mas também o reconhecimento por parte da família das capacidades alternativas de elaboração e construção de conhecimentos, exigindo que o ambiente escolar cumpra seu papel educativo também para essas pessoas. Contudo a Educação Infantil é um processo cultural, onde através de métodos, didáticas e técnicas específicas pode-se conduzir os alunos a desenvolverem relações de respeito mútuo, justiça, solidariedade, igualdade, tornando a criança pensante e responsável pelas suas ações e atitudes na sociedade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 INCLUSÃO: ASPECTOS LEGAIS E CONCEITUAIS E A EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil abrange todas as formas de educação da criança, seja na família, comunidade, sociedade ou cultura. Ao incluir essa criança em escolas de educação infantil, além de garantir seu direito, estamos aprimorando as relações éticas e morais, baseadas nos princípios da sociedade onde ela se encontra, influenciando assim seus aspectos cognitivos e meta cognitivos.

Na Lei de Diretrizes da Educação Básica- LDB, lei 9394/96, no Art.29 defende que: A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como

finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 2016, p.13).

A educação infantil é crucial, pois proporciona às crianças a oportunidade de conhecer e descobrir novos valores, tradições e emoções, por meio das interações sociais, contribuindo para o crescimento da identidade e da independência. No entanto, ao envolver todas as crianças através da convivência, das brincadeiras e da interação, melhora-se o processo de aprendizado delas. Durante as atividades pedagógicas, pode-se utilizar o aspecto lúdico.

O brincar é visto como prazeroso pela sua habilidade de envolver a criança de maneira singular, fazendo com que ela se sinta mais à vontade e livre para expressar seus sentimentos e emoções durante os processos de aprendizagem. Conforme Kishimoto (2001), quando a criança se diverte, sua atenção está voltada para a atividade em si, não para seus resultados.

Em contrapartida, a educação inclusiva representa uma opção legal de educação para todos, ou seja, uma educação que busca reverter a trajetória de exclusão, ao estabelecer condições, estruturas e espaços para uma variedade de estudantes. Portanto, a escola se tornará inclusiva quando for capaz de modificar não somente a infraestrutura física, mas também as atitudes e a mentalidade dos professores e da comunidade escolar como um todo, para aprender a lidar com a diversidade e a coexistir de maneira natural com as diferenças (ARNAIS, 2003).

Assim, muitas crianças com problemas de aprendizagem podem ser assistidas e integradas aos processos de ensino. O paradigma educacional da educação inclusiva visa assegurar todos os direitos humanos e sociais.

Contudo, a inclusão escolar, estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), número 9394, de 20 de dezembro de 1996, e pela Constituição Federal de 1988, representou um marco histórico, alcançado após anos de questionamentos e ponderações de várias profissões, especialmente a pedagogia, acerca do assunto.

Sabe-se que a legislação é crucial para assegurar a inclusão, pois visa equipar e superar desafios maiores que os demais estudantes da mesma idade. Devido a essa particularidade, esses estudantes necessitam de estratégias de ensino e métodos específicos para seu aprendizado.

A metodologia de ensino proposta, conforme especificado na lei, propõe um método preferencialmente oferecido na rede regular de ensino, com docentes qualificados para satisfazer as demandas de todos os estudantes, independentemente do grau de instrução. No entanto, além da política educacional, são necessários o engajamento e a motivação dos profissionais para incorporar esses estudantes nas classes convencionais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) classifica e categoriza o estudante com necessidades especiais em várias categorias de deficiência. Contudo, não aborda especificamente outras subjetividades que também requerem suporte e mediação de um profissional qualificado para fomentar a inclusão e o respeito à diversidade. Dentro desta variedade, nem sempre mencionamos indivíduos com deficiência, mas indivíduos distintos que precisam coexistir de maneira ética e solidária, honrando as diferenças e tratando-as com igualdade.

Da mesma forma que a inclusão de estudantes com deficiência, nota-se uma necessidade urgente de novas concepções sobre as necessidades infantis, particularmente na Educação Infantil. A atuação das instituições deve ser respaldada pela LDB (1990), especificamente em relação à disponibilização de recursos aos estudantes de acordo com suas necessidades.

Nota-se uma demanda por atenção a aspectos escolares, tais como a adaptabilidade e sensibilidade dos docentes, a administração escolar, a geração de informação e pesquisa, a capacitação de pessoal docente, a prestação de serviços de suporte externo, entre outros. Além disso, é essencial um aumento na disponibilidade de recursos para a criação de escolas inclusivas e reflexivas, além de um envolvimento mais amplo da comunidade escolar, tanto interna quanto externa.

A inclusão, que deriva da integração, difere desta ao propor que não são as crianças que precisam se adequar às demandas escolares, mas sim o sistema educacional que precisa ser reestruturado para atender a todos os estudantes, independentemente de suas condições, pois é responsabilidade da escola auxiliar na integração social do estudante. Conforme Mazotta (1982), a ideia de integração deve abranger o espaço e o tempo compartilhados no mesmo ambiente. Quanto maior a chance de interação, melhores serão os resultados, contanto que a escola e o ambiente estejam adequados para uma integração gradual.

2.2 O PAPEL DA FAMÍLIA NO CONTEXTO DA INCLUSÃO

A família e a escola desempenham um papel fundamental na socialização do indivíduo, pois ambos impactam diretamente na sua formação educacional, auxiliando na sua realização pessoal e na realização de seus projetos ao longo da vida. A família e a escola, juntamente com outras instituições, têm experimentado mudanças significativas ao longo da história.

Observa-se que os processos de formação ocorrem não somente nas instituições educacionais, mas também em outros contextos culturais, como a família, uma vez que a família é o núcleo fundamental para o crescimento de qualquer indivíduo. Segundo o artigo 226 da Constituição Federal de 1988, a família é vista como o alicerce da sociedade.

Os jovens e adolescentes com deficiência têm direito a uma educação inclusiva que valorize sua dignidade. A família deve se envolver nesse processo de formação intelectual e batalhar pela integração dessas crianças na sociedade.

Conforme o artigo 205 da Constituição Federal:

[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1998, p.76).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no seu artigo 4º discorre:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à liberdade e a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, p.1).

O dever da família com o processo de escolaridade e a importância de sua presença no contexto escolar também é reconhecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que no seu artigo 1º parágrafo o seguinte discurso:

A educação engloba os processos formativos que ocorrem na vida familiar, na interação humana, no ambiente de trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e entidades da sociedade civil, além das expressões culturais. (BRASIL, 2016, página 8)

É a efetivação do direito de qualquer aluno se matricular em escola regular de ensino sem qualquer tipo de restrição. Considerando o princípio constitucional da igualação de direitos (Constituição federal, art. 5º), o conceito de escolar está vinculado, por extensão, ao conjunto de princípios que fundamentam a organização do ensino, nos termos do art. 3º da Lei Diretrizes e Bases, inclusive ao conceito de permanência na escola. Fundamentados nisso, precisa-se fortalecer a ideia de que não basta o conhecimento dos direitos legais dos diferentes à educação, mas também o reconhecimento por parte da família das capacidades alternativas de elaboração e construção de conhecimentos, exigindo que o ambiente escolar cumpra seu papel educativo também para essas pessoas.

Ainda de acordo com a parágrafo acima a construção de uma sociedade inclusiva exige, antes de tudo, uma transformação profunda no pensamento e na estrutura social, o que demanda um período de tempo. A verdadeira aceitação das pessoas com deficiências é o que realmente impulsionará essas transformações, e essa aceitação deve começar na própria família. A família tem ganhado cada vez mais destaque como parceira essencial no processo de inclusão social e escolar de indivíduos com deficiência.

Os pais são os principais responsáveis pelas necessidades educacionais especiais de seus filhos, e cabe a eles, na medida do possível, decidir o tipo de educação que desejam proporcionar a eles (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

A família não precisa assumir a responsabilidade toda sozinha, em contrapartida, é responsabilidade do governo assegurar todo o apoio nas áreas de saúde e educação para o indivíduo com Necessidades Educativas Especiais, além de fomentar a saúde física e mental não só da criança, mas de toda a família.

É responsabilidade do governo assegurar um sistema de serviços que favoreça a saúde física e mental das famílias como um todo, e especialmente das crianças, jovens e adultos (ARANHA, 2004, p.8). Com base nesse mesmo raciocínio, é possível afirmar que:

A família necessita de serviços para avaliar e assistir crianças e adolescentes, permitindo que participem dos espaços comunitários desde o começo de suas vidas, em conjunto com seus familiares. Na ausência desses serviços, a família tende a se isolar e a manter a criança em casa, dando início a um processo de segregação e exclusão já no ambiente familiar (ARANHA, 2004, p.8).

Um dos desafios dessas famílias é encontrar um ambiente escolar adequadamente equipado, apesar das frequentes recusas e possíveis preconceitos ainda existentes. No entanto, os pais dessas crianças e jovens não devem desistir de seu dever: assegurar que seus filhos tenham acesso à educação. Por outro lado, cabe ao governo assegurar assistência em todos os setores, particularmente na saúde e educação, visando a saúde física e mental não apenas da criança, mas de toda a família.

De acordo com as pesquisas examinadas, é evidente que a educação inclusiva afeta o processo de aprendizado e demanda aprimoramentos nas práticas de ensino, visando atingir todas as metas da educação inclusiva.

Pesquisas como as realizadas por Tessaro e colaboradores (2005, p.113) indicam que "a maioria dos estudantes sem necessidades especiais apoia a inclusão escolar e expressa sentimentos positivos sobre esse processo". Assim, todos os estudantes acabam se tornando mais humanizados através da convivência nos ambientes escolares, conforme Fumegalli (2012) declara:

O estudante com deficiência não deve ser visto como alguém incapaz de aprender e sem nada a contribuir. Como membros de uma sociedade que se proclama democrática, deveríamos lutar por uma educação de alto padrão e equitativa. E essa busca impede qualquer exclusão, sob qualquer justificativa (FUMEGALLI, 2012, p.45).

Ainda segundo o autor acima como membro da sociedade e sujeito aos seus direitos democráticos, todos os estudantes com deficiência devem ser incluídos na escola de acordo com a lei, sem qualquer forma de discriminação ou indiferença, seja baseada em cor, raça ou sexo, promovendo assim uma igualdade o mais ampla possível.

2.3 O PROCESSO DE INCLUSÃO NA ESCOLA E SOCIEDADE

O processo de inclusão é caracterizado pelas ações feitas pela sociedade com o objetivo de se adaptar para poder introduzir de maneira satisfatória, em seus sistemas sociais gerais, pessoas portadoras de necessidades especiais ao mesmo tempo que estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. Trata-se de um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Freire (1985) afirma que:

O compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade de cujas águas os homens verdadeiramente comprometidos ficam molhados, ensopados. Somente assim o compromisso é verdadeiro. Ao experimentar, num ato que necessariamente é corajoso, decidido e consciente, os homens já não se dizem neutros (FREIRE, 1985, p.19)

Na tentativa de incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir da compreensão de que é ela que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros, eliminando barreiras existentes para que as pessoas deficientes possam ter acesso aos lugares, serviços e a bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. A inclusão, enquanto novo paradigma, alavanca a escola, que com novas implicações educativas, deverá acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e culturais. O desenvolvimento das escolas inclusivas implica modificações substanciais na prática educativa, desenvolvendo uma pedagogia centrada na criança e capaz de dar respostas as suas necessidades.

Avançando na discussão do papel da escola, da educação, e, sobretudo, da presença do professor, enquanto elo no processo ensino-aprendizagem, conduzindo a consciência da cidadania, a inclusão só terá êxito com seu total engajamento profissional, pois este deve aceitar e entender o processo de inclusão, para que este realmente possa se concretizar.

Segundo Nogueira (2001)

Para sua prática, se faz necessária uma postura aberta para tudo e para todos, aberta aos seus saberes e aos seus não-saberes. Exatamente este é o grande problema: 'estar aberto aos seus não-saberes'. Sem a postura de humildade e reconhecimento de seus não-saberes, diante dos seus pares, o professor não se dispõe a realizar trocas com os demais especialistas (NOGUEIRA, 2001, p. 120).

Na tentativa de oferecer um ensino qualificado aos alunos integrados, os professores precisam adquirir novas habilidades para trabalhar com todos os alunos de diferentes contextos sociais. Sendo assim, inevitável um processo de transformação profissional, onde os professores têm a oportunidade de desenvolver suas habilidades numa atmosfera de coleguismo, colaboração e apoio de um aos outros, aprimorando continuamente seus conhecimentos.

A educação inclusiva é um assunto de grande relevância e que tem sido amplamente debatido globalmente nos últimos anos, especialmente após a Declaração de Salamanca em 1994. Esta declaração foi crucial, pois destacou a relevância da educação para indivíduos com necessidades especiais, atribuindo à escola a responsabilidade de garantir o acesso à educação e a interação do aluno com os demais (BRASIL, 1994).

A inclusão escolar deve ser um processo no qual haja o respeito às diferenças, onde se desvele os limites segregadores da padronização e homogeneização, no sentido de construir uma cultura na qual a diferença tenha espaço para expressar e interagir, aprendendo e ensinando, produzindo novas concepções e novos conhecimentos.

A Declaração de Salamanca enfatiza a pedagogia focada na criança e que a escola deve estar preparada para acolher esse estudante, ou seja, adequada em termos de infraestrutura e pessoal. No entanto, ainda se nota um grande desinteresse em integrar indivíduos com necessidades especiais não apenas no ambiente escolar, mas em toda a sociedade (BRASIL, 1996).

A exclusão social de indivíduos com necessidades especiais é bastante antiga. Essas pessoas eram consideradas anomalias e completamente afastadas do ambiente escolar e social. Sofriam e ainda sofrem com o preconceito, que ainda é bastante presente, mas que nos leva a questionar a razão de tanta intolerância e até mesmo desrespeito.

Nos dias atuais, a discriminação e o preconceito ainda são bastante evidentes. Muito se discute sobre modernidade e acessibilidade, mas estamos realmente nos importando e realizando ações que demonstrem nosso interesse em promover a inclusão social dessas pessoas que, devido a alguma dificuldade, enfrentam tanto sofrimento? A instituição de ensino e os docentes estão preparados para atendê-los?

A inclusão social, assim como a educação inclusiva, deve começar pela família, que é o primeiro contato direto com essas pessoas, seguido pela sociedade e, finalmente, pela escola. É na escola onde o indivíduo está inserido que ele aprende os princípios de amizade e valores que ele levará para toda a sua existência.

Assim, a inclusão social é frequentemente aspirada não apenas por pessoas com necessidades especiais, mas também por todos aqueles que se sentem marginalizados de alguma maneira no meio social. Os critérios para definir essa inclusão são imprecisos ou de difícil mensuração, mas é claro que a inclusão social vai além da simples sobrevivência. Sposati (1997), através do Núcleo de Segurança e Assistência Social, elaborou uma metodologia para analisar o processo de inclusão e exclusão social.

Segundo Souza (2008), o objetivo é fomentar uma sociedade equitativa, incorporando essas pessoas como cidadãos ativos com direito ao emprego. As organizações podem contribuir para combater a discriminação e a exclusão social ao contratar trabalhadores com deficiência. Assim, estarão ajudando-os e fortalecendo sua imagem perante a sociedade. Além disso, afirma que quando uma empresa proporciona oportunidades para pessoas com deficiência física em seu quadro de colaboradores, ela é altamente valorizada pela sociedade e no contexto comercial. Ao demonstrar interesse na responsabilidade social.

3. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos viabilizam o levantamento de dados concretos sobre o estudo a ser realizada. Para Oliveira (2002) uma pesquisa deve ser direcionada com base na teoria do conhecimento por meio de metodologia aplicada que:

Estude os meios ou métodos de investigação do pensamento correto e do pensamento verdadeiro que visa delimitar um determinado problema, analisar e desenvolver observações criticá-los e interpretá-los a partir das relações de causa e efeito. Encontrar os fenômenos que são objetos de estudo, dando-lhes suporte científico (OLIVEIRA, 2002, p. 56).

Para dar início ao método de pesquisa, se utilizará a pesquisa, bibliográfica e documental sobre o tema. Esta primeira será utilizada uma vez que para Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica pode ser considerada como primeiro passo de toda pesquisa científica:

A pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa laboratório quanto a de campo (documental direta) exigem como premissa, o levantamento de estudo da questão que se propõe a analisar a solucionar (LAKATOS, 1992, p. 44).

Este trabalho foi pesquisado em língua portuguesa e inglesa, publicados nas bases de dados: PubMed, Google Acadêmico nos últimos 12 anos (2010 a 2022), sendo que a seleção desse trabalho foi baseada em artigos analisados e sintetizados de forma reflexiva a fim de obter informações consistentes, relacionados a inclusão social e diversidade na Educação Infantil e principalmente a importância de conhecer a inclusão como direito de todos. Foram utilizados os descritores nos idiomas português e inglês, respectivamente: inclusão social, diversidade, ambiente escola, educação infantil, alunos, direito, família.

Após selecionar os artigos, foi desenvolvida uma análise crítica, para identificar sobre a inclusão social e diversidade na Educação Infantil. Para isso o resumo dos dados foi apresentado de forma descritiva com intuito de captar as evidências disponíveis na literatura acerca da Inclusão Social, visando reunir e organizar conhecimentos sobre o tema investigado, permitindo assim uma compreensão abrangente sobre a importância da inclusão social e diversidade no contexto da Educação Infantil.

4. DISCUSSÃO E RESULTADOS

A Educação Infantil é um processo cultural, onde através de métodos, didáticas e técnicas específicas pode-se conduzir os alunos a desenvolver relações de respeito mútuo, justiça, solidariedade, igualdade, tornando a criança pensante e responsável pelas suas ações e atitudes na sociedade.

Devido à dificuldade em relação a inclusão é de fato uma questão recorrente nas escolas e estabelecimentos de ensino, é crucial que o docente e a comunidade escolar estejam familiarizadas com o tema, ou pelo menos procurem maneiras eficazes de apoiar seus estudantes além do processo de aprendizagem. O educador precisa entender que a segregação e a discriminação são questões a serem abordadas em sala de aula, mas que é uma dificuldade transitória. Nas interações estabelecidas no

ambiente escolar, os estudantes têm a oportunidade de desenvolver seu pensamento crítico, procurando meios para superá-la.

A tarefa é complexa, estamos vivendo intensamente o período de batalhar por oportunidades de fortalecimento para a educação inclusiva, uma época em que temos a chance de alterar e incluir todos, assegurando seus direitos como cidadãos, sem qualquer tipo de discriminação ou preconceito. É um desafio para pais e educadores educar um indivíduo com valores, livre de preconceitos. Sabemos que somente através da educação podemos eliminar preconceitos e mudar vidas.

Uma das medidas a considerar é a realização de experiências e formações para docentes, permitindo a elaboração de métodos alternativos para o desenvolvimento de crianças diferentes.

Assim, a escola e os profissionais envolvidos têm a capacidade de auxiliar tanto os estudantes em suas necessidades sociais, sejam elas escolares ou não, quanto seus familiares, assegurando o acesso à informação e o apoio essencial para o desenvolvimento das interações sociais e relações humanas, além de indicar locais com assistência especializada, quando necessário.

Ainda se espera que a avaliação diagnóstica seja realizada por uma equipe técnica multidisciplinar, com o objetivo de compreender mais profundamente as particularidades e individualidades dos estudantes. É necessário fazer uma observação sobre a crescente importância da psicologia nos contextos escolares, para orientar e estabelecer parcerias com as famílias e com a comunidade além do âmbito escolar.

O professor deve conhecer profundamente cada um de seus estudantes e estar atento às suas dificuldades, para evitar que se tornem um problema.

Para além do entendimento das leis que asseguram a inclusão, os profissionais precisam estar prontos para ouvir seus estudantes, observando suas atitudes, comportamentos, mensagens, ideias e todos os outros elementos que compõem suas subjetividades, em busca de uma metodologia mais eficaz que ultrapasse o aprendizado de leitura e escrita, promovendo também a inclusão social e a apreciação das diferenças. Isso somente será viável se o profissional também for ouvido e apreciado, e lhe for proporcionada essa chance.

Sabe-se que ainda é um desafio lidar com essas questões, o profissional deve ser estimulado a investigar e gerar conhecimento para que possa enfrentar e se preparar para possíveis situações problemáticas, aprimorando habilidades que permitam identificar as dificuldades dos seus estudantes, seja dentro ou fora do ambiente escolar.

Diante dos desafios no sistema educacional, observamos que a inclusão ainda é um conceito em evolução. Existem diversas definições na literatura em diversos países. Essa falta de clareza conceitual provoca conflitos e discordâncias, resultando em problemas nas escolas como desentendimentos que complicam o processo de inclusão de fato.

O termo inclusão tem sido frequentemente empregado como sinônimo para a inclusão de estudantes com deficiência no ensino formal, mas estreitamente ligado à educação especial. Todos os estudantes, sem distinção de deficiência, desejam se sentir integrados, estabelecer amizades e viver de forma saudável e adaptável.

Com este estudo, pretende-se declarar que o foco da Educação Inclusiva deve ser todos os indivíduos, e não apenas aqueles que são marginalizados no processo educativo. Todos devem contribuir para a tão necessária inclusão, e a etapa da infância é uma época ideal para abordar esses temas. As escolas podem e devem abordar os valores humanos, independentemente da questão da deficiência. A formação dos docentes deve permitir uma perspectiva humanista da educação.

Ainda estamos longe do necessário para que estes princípios sejam totalmente assimilados pelos docentes e pela comunidade escolar. Ainda são necessárias algumas

alterações, como um investimento apropriado na formação científica e cultural, não apenas na rede de ensino, mas também na conscientização dos docentes.

Em resumo, infelizmente, ainda persiste a ideia de que a inclusão é exclusiva para indivíduos com deficiência; essa é uma prática que precisa ser superada. As instituições de ensino precisam ajustar e aprimorar suas estruturas e métodos de ensino para toda a comunidade escolar, e não somente para indivíduos com deficiência, já que todos têm o direito de aprender e se envolver, apropriando-se de conhecimentos e cultura.

5. CONSIDERAÇÃO FINAL

Observa-se que nas produções e práticas contemporâneas que estamos vivendo é marcada como a era da valorização da igualdade e inclusão nas sociedades, no qual alguns pequenos grupos procuram oportunidades de valorização pessoal e social. Mesmo sem terem consciência da batalha pelos direitos, as crianças têm o apoio de atores e ativistas na busca pela inclusão e coexistência social. A segregação histórica sofrida pelas pessoas com deficiência, atualmente, se transforma em socialização, e todas as leis estabelecidas reforçam a proteção desses direitos.

A questão da integração social da pessoa com deficiência continua sendo um desafio nos espaços de inclusão, isto é, o processo de integração, envolvimento ativo dos grupos e com toda a comunidade escolar.

A inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil é uma prática recente. Mesmo tendo sido incorporada ao ensino básico há mais de uma década, essa modalidade educacional vem crescendo anualmente, mesmo com os desafios encontrados durante o processo de ensino e aprendizado. Pois a Educação Infantil é um processo cultural que, por meio de métodos, didáticas e técnicas específicas, pode levar os estudantes a cultivar relações de respeito recíproco, justiça, solidariedade e igualdade. Isso torna a criança consciente e responsável por suas ações e comportamentos na sociedade.

Conclui-se que a inserção de todas as crianças na educação infantil é garantida por lei, incluindo aquelas com qualquer tipo de deficiência, assim como qualquer estudante. Com isso, estabelece-se um ambiente educacional que não exclua nenhum estudante. Por outro lado, quando os professores apreciam a diversidade presente na sala de aula, criam um ambiente propício para aprimorar a qualidade do ensino de todos os participantes do processo de educação inclusiva. Isso, simultaneamente, valoriza a variedade de etnias e culturas presentes, tudo isso com o objetivo de aprimorar o ensino inclusivo.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. E24e Educação inclusiva. V. 4. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. 17 p. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/15261> . Acesso em: 04 de set. 2024.

ARNAIS, Magali Ap. de O. Novas Crianças na Creche: o desafio da inclusão. 2003. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: edição Câmara, 1988.

Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/15261> . Acesso em: 04 set. 2024.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. LDB: lei de diretrizes e bases da educação nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. ed. 13, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Boletim Um Salto para o Futuro. Brasília, 1994 BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9394/96. Brasília, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Resolução nº 5 de 2009. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, SEB, 2010.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Casa Civil, 1996. Diário Oficial da União Brasília, 23 dez. 1996. disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 11 set. 2042.

BRASIL. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC / SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf . Acesso em 09 nov. 2022.

CROCHÍK, J. L. **Preconceito, Indivíduo e Cultura** (3a ed). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, Ministério da Educação **A atenção educacional à diversidade: escolas inclusivas**. R. Blanco, In: Marchesi, A., Tedesco, J.C., e A sala de aula inclusiva. Daniela Alonso e S. Casarin. São Paulo. No prelo 2012.

DRAGO, Rogério. **Inclusão na Educação Infantil**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011. DUTRA, Claudia. Algumas questões sobre o Mobral e a Revista Criança. Entrevista março, 2012.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MENDES, E. G. Inclusão marco zero: começando pelas creches. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2010.

SOUZA, Renata. Lei de Cotas para a contratação de deficientes completa 16 anos. Paraná. 2008.

SPOSATI, Adaíza. (1997), "Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania". Serviço Social e Sociedade, v.XVIII, n. 55, p.9-39.

TESSARO, N. S., Waricoda, A. S; Rosa, A. P. B; Bolonheis, R. C. (2005). Inclusão escolar: visão de alunos sem necessidades educativas especiais. Psicologia Escolar e Educacional, 9(1), 105- 116. BRASIL, Ministério da Educação Conselho Nacional de Conselho Pleno. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file>. Acesso em 10 out. 2022.